

**João Gomes Cravinho**

Ministro da Defesa Nacional

**Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes  
Cravinho, por ocasião da tomada de posse do Subdiretor da  
Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional**

Ministério da Defesa Nacional, Lisboa, 29 de julho de 2019

A tomada de posse de um novo subdiretor da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional é uma oportunidade para renovarmos e darmos nova energia para o valioso e incontornável trabalho desta Direção-geral na estrutura do Ministério da Defesa Nacional.

O atual momento da Defesa Nacional coloca-nos importantes desafios, num contexto de grande exigência, abrangendo muitas das áreas da competência da Direção-Geral de Recursos, das quais destaco quatro, que creio que mais trabalho irão dar nestes próximos tempos: a profissionalização do Serviço Militar; o Sistema de Saúde Militar; a Lei das Infraestruturas Militares; e finalmente a Lei de Programação Militar.

Os desafios inerentes à profissionalização do Serviço Militar, onde se insere o recrutamento, retenção e reinserção dos militares em regime de contrato e voluntariado, são dos mais acutilantes e representam uma parte muito significativa do trabalho da DGRDN. A urgência e a centralidade desta questão exigem-nos uma atuação inspirada e dedicada, garantindo uma rápida e eficaz implementação do Plano de Ação para a Profissionalização do Serviço Militar, que recentemente aprovámos.

Segundo, sendo a saúde militar essencial à condição militar, e devendo ser encarada como uma capacidade necessária para a ação das nossas Forças Armadas, as alterações que devem ser introduzidas no Sistema de Saúde Militar, em linha com as orientações políticas já definidas, terão de ser uma das prioridades de ação da DGRDN.

Terceiro, após a aprovação da Lei de Infraestruturas Militares, cabe ao Ministério agilizar os complexos processos de cedência e alienação, ou de recuperação e manutenção do vasto património imóvel da Defesa, acompanhados dos novos mecanismos de transparência e parceria com as autarquias, criados no âmbito da mais recente revisão da LIM. É a imagem da Defesa junto da sociedade que está em causa e é o nosso contributo para o rejuvenescimento das cidades e dos espaços onde estas infraestruturas se inserem que nos deve motivar, sempre com a preocupação de que a utilização desses espaços reverta, na sua maioria, para fins públicos relevantes, como é o caso da cedência de imóveis para fins de alojamento estudantil ou para habitação a rendas controladas. De igual forma, cabe-nos, através da DGRDN, trabalhar com os ramos na manutenção dos edifícios ainda em utilização, garantindo todas as condições aos nossos militares e todas as condições de segurança das instalações militares.

Por fim, gostaria de destacar o impacto que a aprovação da Lei de Programação Militar vai ter na gestão do armamento e dos equipamentos da defesa nacional. Isto é particularmente evidente num momento em que tomamos a decisão de aumentar significativamente o investimento nos nossos equipamentos militares. Para além disso, temos em curso, na União Europeia, importantes avanços na criação de um mercado europeu de defesa, com financiamento no âmbito da Cooperação Estruturada Permanente e do futuro Fundo Europeu de Defesa que nos compete saber aproveitar.

Resumindo, estamos perante um cenário de grande responsabilidade, que nos exige a todos o compromisso com processos ágeis e integrados, sem perda de rigor e de criteriosidade. A modernização das nossas Forças Armadas e a

gestão dos complexos processos a ela associada exigem-nos capacidades adicionais na DGRDN que não podem ser mais adiadas.

Assim, é com grande satisfação que hoje dou posse ao Major-general Côrte-Real Andrade como subdiretor da Direção-geral de Recursos da Defesa Nacional, em regime de substituição. Do seu vasto currículo profissional e académico, gostaria de destacar o seu trabalho no âmbito da investigação e ensino superior militar, e de destacar a sua vasta experiência de cooperação internacional, seja em funções operacionais, seja em representação das Forças Armadas nacionais na NATO e na UE. A sua experiência na cooperação interinstitucional, incluindo com as Forças de Segurança no combate ao terrorismo ou no âmbito da cooperação com as Forças Armadas dos nossos parceiros na CPLP,

na UE e na NATO, são mais-valias importantes para as funções que aceitou desempenhar.

É, por isso, minha convicção que a sua integração na estrutura do Ministério da Defesa Nacional será um importante contributo para dinamizar novos processos, consolidar projetos em curso e ampliar o alcance da nossa atuação, em benefício das Forças Armadas e de todos os portugueses.

No momento em que dou posse ao novo Subdiretor, quero dar nota pública do meu apreço pela atitude dedicada do Senhor Tenente-General Cartaxo Alves em assuntos de grande complexidade como a NCI Academy, a aquisição do KC390, entre outros, que representam um contributo relevante para a Defesa Nacional e para o país. Realçaria ainda o seu profissionalismo para a constante melhoria da Defesa Nacional enquanto instituição de serviço público.



Ao General Andrade, desejo-lhe as maiores felicidades nas suas novas funções e reitero a disponibilidade total da tutela para continuar a desenvolver um trabalho da maior proximidade com a DGRDN, como tem sido prática até hoje.

Muitos parabéns e bom trabalho!